evolution fire

BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA
CNPJ nº 51.830.116/0001-99 Insc. Estadual: ISENTO Insc. Municipal nº 024.966
Rua Natanael dos Reis Silva, 66 Jardim Continental Carmo do Rio Claro/MG CEP 37.150-000
Contato: (35) 3331-3504 (35) 9 9994-3718 E-mail: francisco_contador1@hotmail.com

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA – ESTADO DE MINAS GERAIS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

A empresa **BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 51.830.116/0001-99, com sede e domicílio na Rua Natanael dos Reis Silva, nº 66 – Jardim Continental na cidade de Carmo do Rio Claro/MG, CEP 37.150-000, neste ato representado pela sua Sócia Administradora **FABIANA CARVALHO PRADO**, portador da Carteira de Identidade nº MG-11.576.308 SSP/MG e CPF nº 059.181.456-05, telefone (35) 3331-3504 celular (35) 9 9994-3718 e-mail francisco_contador1@hotmail.com, **vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 165, I, “c”, da Lei nº 14.133/2021, interpor**

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a habilitação e a declaração de vencedora da empresa **ZION SERVICES**, CNPJ nº 50.875.982/0001-33, com sede e domicílio na Rua Benedita Scodeler Vasconcelos, nº 415 Apto. 101 – Bairro Bela Itália na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37.555-393, pelas razões a seguir:

DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do artigo 165, inciso I, alínea “c” da Lei nº 14.133/2021, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura, sendo assim indiscutivelmente tempestivo, sendo o mesmo protocolado através da plataforma de forma devida e correta.

DOS FATOS

No dia 11 de Fevereiro de 2025, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA/MG**, iniciou os trabalhos do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2025**, objetivando “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA**”

evolution fire

BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA

CNPJ nº 51.830.116/0001-99 Insc. Estadual: ISENT0 Insc. Municipal nº 024.966
Rua Natanael dos Reis Silva, 66 Jardim Continental Carmo do Rio Claro/MG CEP 37.150-000
Contato: (35) 3331-3504 (35) 9 9994-3718 E-mail: francisco_contador1@hotmail.com

ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA EVENTOS MUNICIPAIS EM ATENDIMENTO AS NORMAS DE SEGURANÇA DO CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Trata-se de PREGÃO ELETRÔNICO, como critério de julgamento adotado MENOR PREÇO POR ITEM.

O Ilmo.(a) Pregoeiro(a), juntamente a sua Equipe de Apoio, abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no Edital, divulgando as propostas recebidas.

Após lances no LOTE 01, a empresa ZION SERVICES, sagrou-se vencedora, com sua imediata habilitação.

Entretanto, tal habilitação supramencionada demonstrou-se um grande equívoco, visto que a empresa não anexou a documentação para comprovar a exequibilidade de sua proposta (planilha de composição de custos, contratos anteriores e notas fiscais com valores comprobatórios idênticos ao lance ofertado desse processo licitatório), apresentando assim sua PROPOSTA INEXEQUIVEL – CONTRARIANO O DISPOSTO NO ÍTEM 3.1 (PÁGINA 16) DO EDITAL.

O valor da proposta oferecido passou despercebido pela Comissão de Licitação que terminou por habilitar a empresa Recorrida, porém na presente peça recursal será demonstrado que a decisão merece reforma.

Conclui-se que, diante de decisão errônea, o que macula a lisura do procedimento, a desclassificação e inabilitação da empresa ZION SERVICES e mesmo de qualquer empresa que tenha ofertado valores inexequíveis do valor ofertado pela Administração, é o caminho correto a seguir, conforme será demonstrado adiante.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Como é sabido, a Lei nº 14.133/2021 é a Lei maior das licitações.

Tal legislação, em seu artigo 5º, trata sobre princípios norteadores da contratação pública, *in verbis*:

Art.5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação do edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

evolution fire

BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA

CNPJ nº 51.830.116/0001-99 Insc. Estadual: ISENTO Insc. Municipal nº 024.966
Rua Natanael dos Reis Silva, 66 Jardim Continental Carmo do Rio Claro/MG CEP 37.150-000
Contato: (35) 3331-3504 (35) 9 9994-3718 E-mail: francisco_contador1@hotmail.com

Da leitura do dispositivo supramencionado, observa-se que o procedimento e as decisões devem ser balizados no que comporta o Edital.

A comissão deve pautar-se em tais princípios para exarar as suas decisões.

Todavia, **na análise DA HABILITAÇÃO da empresa Recorrida a Comissão não observou referidos princípios.**

Nesse sentido, a Administração não pode decidir diferente do que o seu próprio Edital dispõe sobre o tema.

Marçal Justen Filho tece brilhante comentários sobre o tema, senão vejamos:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, **que se vincula a seus termos.** Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art.4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto aquelas de procedimento. Sob certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia (...)”.

Sob outra perspectiva, tal princípio nada mais é do que o estrito cumprimento das “regras do jogo”, estipuladas no edital, por parte da Administração e dos licitantes.

Por esse motivo, Mazza conceitua o instrumento convocatório como sendo a lei da licitação.

Nesse mesmo entendimento, Meirelles descreve o edital como sendo “a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu”.

Sendo assim, é de suma importância que a Administração Pública e, consequentemente a Comissão de Licitação, atenha-se ao que foi solicitado no Edital.

Isso evita que as empresas que participam de licitações sejam alvos de interpretações subjetivas quanto aos documentos que devem ser apresentados, tendo em vista, que, conforme exposto, a Administração deve seguir o que é pleiteado em Edital.

O contrário também é válido, dado que os licitantes devem apresentar suas propostas e documentos de habilitação **de acordo com o estipulado no instrumento convocatório.**

evolution fire

BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA
CNPJ nº 51.830.116/0001-99 Insc. Estadual: ISENT0 Insc. Municipal nº 024.966
Rua Natanael dos Reis Silva, 66 Jardim Continental Carmo do Rio Claro/MG CEP 37.150-000
Contato: (35) 3331-3504 (35) 9 9994-3718 E-mail: francisco_contador1@hotmail.com

Nesse viés, a jurisprudência ratifica a necessidade do cumprimento rigoroso as condições estabelecidas em Edital.

Nesse interim, de acordo com a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe a Administração que esta obedeça às regras que previamente estabeleceu para disciplinar o certame, conforme versa o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, este importante princípio fora violado, uma vez que o(a) **Ilmo(a) Pregoeiro(a) e sua Comissão optaram por habilitar a empresa Recorrida, mesmo após apresentar PROPOSTA INEXEQUÍVEL e documentos desconformes, ou seja, fora do que dispõe o Edital.**

No presente caso, a empresa ZION SERVICES não apresentou os documentos que comprove a exequibilidade tais como: Planilha de composição de custos, Contratos Administrativos e Notas Fiscais anteriores a este procedimento licitatório.

DA DESCLASSIFICAÇÃO – PROPOSTA INEXEQUÍVEL

O edital de licitação faz lei entre as partes e deve ser objetivamente observado sob pena de ilegalidade do certame. Algumas condições são objetivas e devem ser reconhecidas pela própria Comissão de Licitação no momento do certame ou mesmo dentro do prazo recursal.

No presente caso, o recorrente parou de ofertar preço quando iria atingir o valor realmente exequível do preço ofertado pela Administração – visando não ser declarado com proposta inexecutável parou de ofertar lance e aguardou o final da sessão esperando pela desclassificação dos ofertantes que disputavam o certame, pois:

A – A empresa ROMANO SERGURANÇA E SERVIÇOS LTDA apresentou lance de R\$ 85.900,00 (oitenta e cinco mil e novecentos reais), que equivale a R\$ 165,19 (cento e sessenta e cinco reais e dezenove centavos) por serviço prestado de Brigadista;

B – A empresa ZION SERVICES apresentou lance de R\$ 85.997,60 (oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), que equivale a R\$ 165,38 (cento e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos) por serviço prestado de Brigadista; e

C – A empresa BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGÊNCIAS LTDA apresentou lance de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), que equivale a R\$ 200,00 (duzentos reais) por serviço prestado de Brigadista.

Assim, o disposto no edital deixou de ser observado e cobrado no certame seu cumprimento. Se a empresa recorrente soubesse que os itens 3.1 e 4 do referido edital não seria cumprido, fato que continuaria na disputa de preços. Mas, visando a legalidade e observância do edital parou de ofertar lances e aguardou o justo resultado – que não ocorreu – pois, a empresa ZION SERVICES – FOI SIMPLEMENTE HABILITADA SEM QUALQUER OBSERVÂNCIA DO EDITAL E SUAS EXIGÊNCIAS.

evolution fire

BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA

CNPJ nº 51.830.116/0001-99 Insc. Estadual: ISENTO Insc. Municipal nº 024.966
Rua Natanael dos Reis Silva, 66 Jardim Continental Carmo do Rio Claro/MG CEP 37.150-000
Contato: (35) 3331-3504 (35) 9 9994-3718 E-mail: francisco_contador1@hotmail.com

Dispõe os itens 3.1 e 4 do edital:

3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumo e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligência para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

Diante disto, o recorrente pleiteia seja revista habilitação da empresa recorrida ZION SERVICES, visto que contraria as regras do edital e o princípio da legalidade e observância do edital.

O edital ao estabelecer uma regra e no momento do certame deixar de ser cumprida fere ainda o princípio da livre concorrência, pois se o recorrente soubesse que não seria cobrado e que os itens 3.1 e 4 não seria exigido talvez não teria participado da etapa de lances.

O licitante recorrente somente parou de apresentar ofertas para cumprir o disposto no edital, de modo que justo é que este seja cumprido e observado para dar legitimidade ao certame.

O artigo 59 da Nova Lei das Licitações prescreve como uma das razões para que a proposta seja desclassificada, a apresentação de **preços inexequíveis** ou acima do orçamento do órgão, como veremos:

Art. 59 – Serão desclassificadas as propostas que:

III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

DOS REQUERIMENTOS

Ex positis, considerando toda a argumentação supramencionada, requer-se o conhecimento do presente Recurso, bem como o **PROVIMENTO INTEGRAL** dos pleitos apresentados.

Em consequência, requer-se a alteração da condição prévia do vencedor **ZION SERVICES**, para **INABILITADA**, devendo seguir o procedimento com os próximos classificados e exigência

evolution fire

BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA

**CNPJ nº 51.830.116/0001-99 Insc. Estadual: ISENTO Insc. Municipal nº 024.966
Rua Natanael dos Reis Silva, 66 Jardim Continental Carmo do Rio Claro/MG CEP 37.150-000
Contato: (35) 3331-3504 (35) 9 9994-3718 E-mail: francisco_contador1@hotmail.com**

de todos os documentos, bem como de qualquer empresa que tenha ofertado lance em descumprimento ao disposto do edital em seus itens 3.1 e 4 e artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.

Nestes Termos,

Pede e aguarda deferimento.

Carmo do Rio Claro/MG – 14 de Fevereiro de 2025.

FABIANA CARVALHO PRADO – Sócia Administradora/Representante Legal

RGCI nº MG-11.576.308 SSP/MG CPF nº 059.181.456-05

BRIGADA PROFISSIONAL EVOLUTION FIRE EMERGENCIAS LTDA

CNPJ nº 51.830.116/0001-99